

Rússia e China: herança e presença do comunismo

Fala-se muitas vezes do comunismo como de uma ideologia política desfasada e fracassada. Mas o Partido Comunista existe e governa hoje na China, país com uma população de 1.300 milhões de habitantes. O caso russo é diferente. Aqui governa o Partido Rússia Unida, do presidente Vladimir Putin. O Rússia Unida surgiu em dezembro de 2001, definindo-se como partido de “centro”, no tempestuoso processo soviético posterior a 1989. Em 2009, adotou um novo programa que se define como “conservadorismo russo”. A herança do século XX parece pesar na hora de conservar modos de proceder em política.

Segundo um relatório recente da organização Human Rights Watch “World Report 2013”, desde o regresso de Vladimir Putin à presidência do seu país, em maio de 2012, o Governo russo introduziu uma série de leis de assédio e intimidação aos que discordam das posições governamentais, inclusivamente dos que poderiam fazê-lo através de atividades não controladas pelo Estado.

Uma nova lei exige às ONG que recebem financiamento de outros países e participam supostamente em “atividades políticas”, que se registem como “agentes estrangeiros”, termo que na Rússia tem uma marcada conotação negativa. A definição de “atividades políticas” pode incluir desde tarefas rotineiras das ONG sobre recomendações acerca de tendências políticas, à elaboração de campanhas de opinião pública. A citada lei concede ampla margem aos funcionários para a interpretar e aplicar contra pessoas que participem em fóruns sobre direitos humanos com os seus homólogos estrangeiros. O incumprimento de tal lei incorre em fortes multas e até dois anos de prisão.

Novas leis e liberdade religiosa na Rússia

Nina Achmatova escreveu um artigo em “Asia News” (30 de abril), “Moscow cracks down on NGOs, targets religious communities”, onde afirma que ao abrigo da nova “Lei de Agentes Estrangeiros”, as autoridades realizaram inspeções

exaustivas a organizações religiosas, como são as associações muçulmanas, as paróquias católicas, as comunidades pentecostais e as testemunhas de Jeová. Quem se viu livre de inspeção foi a Igreja Ortodoxa Russa.

Entre as organizações católicas foi recentemente inspecionado o centro da Caritas de São Petersburgo, segundo informou a sua diretora, Natalya Pevtsova. A polícia também visitou os escritórios da Caritas em Moscovo. Relatórios não confirmados pela Conferência Episcopal russa, indicam que outros escritórios da Caritas também foram inspecionados em quinze cidades mais. Uma paróquia em Novocherkassk, ao sul da Rússia, foi multada por violar a legislação contra incêndios. O pároco, o P. Alexei Polisko, terá de pagar 450.000 rublos (15.000 dólares EUA). Segundo o Secretário-Geral da Conferência Episcopal russa, Igor Kovalevsky, outras igrejas católicas foram inspecionadas em Orel e Kirov. Por agora, nenhuma destas foi penalizada.

Outra nova lei chamada “Dima Yakovlev” – nome de uma criança que morreu poucos meses depois de ser adotada por um casal norte-americano – proíbe o financiamento norte-americano para “atividades políticas” das ONG, assim como toda a ONG cujo trabalho seja dirigido “contra os interesses da Rússia”. Além disso, foi aprovada a lei de “traição à pátria”, que prevê possíveis penalizações para atos que talvez possam realmente ser uma defesa dos direitos humanos no plano internacional. Uma última norma sobre manifestações públicas aumenta as multas por distúrbios, subindo-as de 5.000 para 300.000 rublos, sabendo-se que o salário médio mensal russo é de 26.489 rublos (880 dólares).

Perante este novo panorama legislativo, a Human Rights Watch solicita a revogação destas novas leis que eliminam liberdades ao povo russo e aconselha que se sigam as recomendações do Conselho da Europa e da ONU em matéria de direitos dos cidadãos.

A China não progride nos direitos humanos

Na China, a liberdade religiosa continua severamente ameaçada. O processo de diálogo entre Pequim e o Vaticano

em relação ao desenvolvimento da Igreja Católica na China encontra-se atualmente estagnado.

A agência EFE informou que o bispo oficial de Xangai e presidente honorífico da Associação Patriótica Católica Chinesa, Aloysius Jin Luxian, morreu no passado dia 27 de abril. Jin Luxian sofreu 17 anos de prisão por se opor à ingerência do Estado chinês na Igreja. Em 1972, depois da sua libertação, procurou a forma de estender o catolicismo conforme os canais permitidos pelo governo. Luxian foi reconhecido pelo Vaticano em 2004, um ano antes de ele próprio ter presidido na catedral de Xangai, à consagração do seu bispo auxiliar, Joseph Xing Wenzhi, como o primeiro nomeado de comum acordo entre Pequim e o Vaticano. O seu sucessor devia ser o atual bispo Thaddeus Ma Daquin, que na sua cerimónia de ordenação, em julho passado, rompeu publicamente com a Associação Patriótica, pelo que o governo lhe retirou o cargo em dezembro. Encontra-se retido agora no seminário de Sheshan, segundo informações da comunidade católica local.

Relativamente à repressão política, o que há de novo é que as autoridades se viram agora também contra os familiares dos considerados dissidentes. Jared Genser, num artigo “In China, repression is a family affair” no “The Wall Street Journal” (25 de abril), conta as pressões a que está a ser submetida Lin Xia, mulher de Lin Xiachao – Prémio Nobel da Paz 2010, atualmente na prisão. Lin Xia sofre uma autêntica prisão domiciliária e, no passado dia 23 de abril, quando assistiu ao julgamento do seu irmão, acusado de presumíveis delitos económicos, gritou aos jornalistas: “Digam a todos que não estou livre!” O caso de Lin Xia não é único: Gao Zhisheng, advogado e defensor de direitos humanos, foi feito desaparecer e torturado em várias ocasiões. Sabe-se que, em 2011, se encontrava preso. A sua filha Grace, de 10 anos, é escoltada diariamente à escola por guardas oficiais. Chen Guangcheng, outro promotor dos direitos civis, conseguiu fugir de onde estava detido, em abril passado, conseguindo asilo na embaixada dos EUA. Dois dias depois, alguns provocadores saquearam a casa da sua família, bateram na sua mãe e no seu irmão e detiveram o seu sobrinho.

Sobre as restrições à natalidade, Ma Jian escreveu um recente e assustador artigo “China’s barbaric one-child policy” no “The Guardian” (6 de maio) a respeito da coação exercida nas mulheres e nas suas famílias para propiciar a política do filho único, a qual é imposta inclusivamente com o aborto forçado de fetos viáveis que nascem vivos. Esta política provoca também o aborto seletivo de fetos femininos, esterilizações forçadas e o tráfico de crianças.

O comunismo chinês conseguiu um *boom* económico, embora estejam para ver as consequências sociais do envelhecimento da população. Mas o que parece incompatível com a essência comunista é o fomento das liberdades cívicas, que continuam a ser escravizadas. A China tem um orçamento de segurança nacional para 2013 maior do que o orçamento do seu exército. O governo comunista vai gastar 123.600 milhões de dólares para se proteger do seu próprio povo. Um número enorme, inclusivamente para um país que experimenta mais de

100.000 protestos anuais devido a problemas de corrupção, de degradação do ambiente e dos salários pendentes de pagamento, segundo informa o citado Jared Genser.

J.I.M.

Putin semeia o medo entre as ONG

Nos primeiros meses do seu terceiro mandato como presidente, Vladimir Putin deixou claro que não ia fazer nenhuma concessão aos protestos da rua. À lei sobre manifestações públicas, seguiu-se outra a estreitar o controlo sobre as ONG que recebem financiamento estrangeiro. Além disso, fez aprovar no Parlamento russo a lei que amplia a definição jurídica do delito de alta traição.

Putin voltou a assumir o cargo de presidente da Rússia em maio do ano passado, com um mandato alargado de quatro a seis anos, graças a uma reforma constitucional que conseguiu obter em 2008. Um mês depois da investidura, o Parlamento endureceu a lei sobre as manifestações públicas. Estas tinham sido importantes no mês de dezembro anterior em Moscovo.

A nova lei impõe sanções exorbitantes aos que violem as normas nesses atos: as multas máximas para os infratores passaram do limite de 880 euros para 8.000 euros. Além disso, estabelece que os protestos públicos se efetuem em espaços especialmente habilitados em cada região do país.

A lei foi aprovada por 241 votos a favor e 147 contra. No decorrer do acalorado debate, que durou 11 horas, 60 deputados do partido social-democrata Rússia Justa, abandonaram a sala em sinal de protesto antes da votação definitiva. O governo argumentou que a nova lei pretende proteger a sociedade russa do “radicalismo”, mas a oposição considera que a medida pretende dissuadir os moderados de participar em futuros protestos.

Poucos dias após a aprovação dessa lei, milhares de pessoas voltaram a ir para as ruas de Moscovo. Os ânimos estiveram muito agitados. Em parte pelo debate gerado pela reforma da lei sobre protestos ilegais, e em parte, também, pelos registos levados a cabo pela polícia nos domicílios de alguns líderes da oposição.

Mais controlo e menos dinheiro

Houve igualmente o início do julgamento das Pussy Riot que captou a atenção dos meios de comunicação ocidentais. Foi aprovada no Parlamento uma lei a obrigar as ONG que recebem financiamento estrangeiro e se dedicam a atividades políticas a registarem-se no Ministério da Justiça como “agências estrangeiras”.

A Golos, a ONG russa que denunciou a suposta fraude nas eleições presidenciais de abril do ano passado e que recebe financiamento dos EUA, protestou pelos controlos de que é alvo. Entre outras coisas, agora terá de prestar contas através de uma auditoria contabilística anual e fazer relatórios semestrais sobre a sua atividade.

designou por “chacais” as organizações russas que recebem dinheiro estrangeiro.

J.M.

“Isto é o regresso aos métodos do Estado totalitário do século passado”, declarou o líder do partido liberal Yábloko, Serguéi Mitrojin, ao comentar a lei.

À Golos e a outras ONG favoráveis aos direitos humanos, é complicada ainda mais a situação desde que Putin ordenou a expulsão da Rússia da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Foi poucos dias depois da manifestação realizada em Moscovo a 15 de setembro do ano passado.

Desde finais dos anos 90, a USAID financiou na Rússia com 2.000 milhões de dólares organizações que se dedicam à observação eleitoral, à promoção dos direitos humanos, à melhoria do ensino, à proteção do ambiente...

A USAID ajudava a Golos desde 2002. Em 2012, cerca de 60% do orçamento da agência (50 milhões de dólares) foi destinado a fortalecer a democracia e a sociedade civil na Rússia.

Amplia-se o delito de alta traição

Outro movimento do Governo de Putin que fez estremecer as ONG que se dedicam a atividades políticas – Transparência Internacional, Memorial, o Grupo de Helsínquia de Moscovo... – foi a nova lei que torna mais fácil ser acusado de alta traição na Rússia.

O ponto mais polémico da reforma introduz uma definição muito vaga dos delitos de alta traição. Estes são definidos, como os que minam “a ordem constitucional, a soberania e a integridade territorial e estatal”.

Ao abrigo da nova definição, qualquer pessoa que revele informação, tida por secreta pelas autoridades, a um Estado estrangeiro ou a uma organização internacional, poderá ser acusada de trair o país e enfrentar penas de prisão até 20 anos. “Um panorama aterrador se se tiver em conta que a Rússia tem uma longa tradição de considerar secreto qualquer tipo de informação que noutros países está disponível ao público; os mapas de alta precisão são um exemplo”, escreve Masha Gessen no “The New York Times”.

As ONG russas receiam que a nova definição as possa expor a futuras perseguições por manterem vínculos com organizações internacionais. A hostilidade de Putin para com as ONG financiadas a partir do estrangeiro vem de longe. Segundo referiu o “El País” no artigo “El Kremlin hostiga a los observadores independientes de las elecciones rusas” (de dezembro 2011), durante a campanha eleitoral, Putin classificou de “Judas” os que, segundo ele, utilizam dinheiro estrangeiro para se imiscuírem nas eleições russas. Também